

# RETRATOS DE CONVIVÊNCIA E O COMPROMISSO DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL

## OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PROMOVEM CÓDIGOS QUE REGEM AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Por Alberto Nascimento

A palavra “conviver” tem origem no latim *convivere*, uma etimologia de fácil explicação: “viver junto”. Mesmo sendo uma palavra de significado tão simples, pode adquirir dimensões extremamente amplas. É necessário observar que, apesar da aparente banalidade do ato de conviver, sua importância o imbuí de alta complexidade. Convivência é, simultaneamente, a moldura que permeia toda a experiência da nossa vida coletiva bem como o conteúdo a determinar nossa dinâmica social.

Mira Lopes, analista de projetos sociais na Assistência Social PAULUS, que já atuou como orientadora social no Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CCA) de Olho no Futuro, observa alguns aspectos componentes do que é conviver: “De maneira geral, a convivência é a própria vida. Se a gente for pensar nesse contorno em três dimensões do nosso ser, temos primeiro o nascer e a necessidade de ter alguém que nos cuide quando se nasce, pois nós não nascemos prontos e acabados, logo, é necessário um outro que nos cuide. A gente precisa estar em relação com alguém. Depois, como uma segunda esfera, em determinado momento começamos a entender que é face aos outros que existimos; é diante do outro que passamos a nos conferir a nossa própria existência. É por nos espelharmos em alguém que conseguimos nos considerar humanos. Um ser humano completamente isolado teria dificuldade de se identificar enquanto tal”, diz Mira.

O raciocínio de Mira se desdobra na constatação de como o ato de conviver gera os códigos que regem as relações interpessoais: “Se primeiro vem a sobrevi-

vência e depois a existência – essas duas esferas nas quais é necessário estar em relação, conviver, para ter essa própria noção de si –, a terceira esfera é a do valor. Trata-se do conceito de que eu preciso de outro para me atribuir valores; se sou bom, se sou mal, se sou inteligente, eu sempre o sou em relação ao que os outros são ou deixam de ser ou dizem que sou. Temos então essas três esferas: de sobrevivência, existência e valor, e a partir disso você pode encarar que a convivência é a própria vida, como algo completamente inerente à existência humana”, afirma.

Maria do Socorro, coordenadora pedagógica dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da PAULUS, faz uma análise do papel estruturante desse conceito na construção da dinâmica social: “A convivência faz parte e gera toda uma regra social. Para que a gente possa conhecer essa regra e praticá-la, é preciso ter alguns princípios. Esses princípios são também valores, como o respeito ao outro, a empatia, a lealdade. São princípios e valores que fazem parte do nosso dia a dia. Não se pode viver isolado, então, conviver é estar em sociedade, é estar no meio das pessoas, é estar junto com todos esses valores e desenvolver todos eles. Sem isso, sem enxergar e respeitar a diferença, a gente não consegue conviver com o outro”.

Todavia, essa necessidade constante de relação gera a necessidade de aprender a lidar com as tensões desenvolvidas por conta desse convívio com o diferente. Pedro Figueiredo, supervisor do CCA Formando Cidadãos, sinaliza que a convivência é ao mesmo tempo

essencial e vital, mas a gente não sabe como fazer isso: “Ela não é inata: a gente não nasce sabendo conviver, é um processo de construção”, diz Pedro.

O supervisor prossegue ilustrando alguns exemplos de como a convivência, quando não bem maturada, pode gerar transtornos cotidianos: “A convivência é algo básico, vital para a sobrevivência humana, pois ninguém vive, nem sobrevive, sozinho. Nós dependemos das outras pessoas mas, ao mesmo tempo, temos muita dificuldade para fazer isso, já que, em primeiro lugar, é absolutamente necessário ter respeito, empatia, paciência, tolerância, e isso nem sempre acontece. Eu vejo como exemplos de falhas de convivência nosso trânsito, brigas na escola e em casa; todos estes são problemas de convivência”. Ele continua, pensando em possíveis caminhos de solução para lidar com essas tensões: “Todos esses problemas poderiam ser resolvidos se um pensasse no outro mais do que em si mesmo. A convivência, essa habilidade de conviver com as outras pessoas, é essencial desde que o *sapiens* é *sapiens*, mas ela é difícil, e a gente trabalha todos os dias para tentar melhorar isso com as crianças nos Serviços de Con-

vivência e Fortalecimento de Vínculos e com as famílias, no dia a dia, tentando dar um exemplo de como conviver em paz”, diz.

A PAULUS, por meio da sua principal ação de assessoramento – o programa Direito e Cidadania –, atua de forma ativa na qualificação desse conceito dentro dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Conforme ilustra o professor Carlos Eduardo Ferrari, um dos formadores do programa: “A convivência é uma das seguranças alicerçadas pelo Sistema Único de Assistência Social, ou seja, é um compromisso da Política Pública de Assistência Social qualificar a convivência. Se o aprendizado é um elemento central da política de Educação e o cuidado é um elemento central da política de Saúde, a convivência é um elemento central da Assistência, logo, ela materializa o compromisso da Política de Proteção Social”. Ele conclui o raciocínio sinalizando o que compreende como convivência: “Ela é um conceito em permanente construção. Ela traduz a capacidade humana de se relacionar e se manifesta enquanto competência de pequenos grupos ou de grandes sociedades”.



Foto: iStock.



Foto: Pedro Figueiredo explicando o jogo "Caminho da Cidadania".

Foto: Arquivo PAULUS.

## CONVIVÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

É importante também observar o lugar central da convivência no desenvolvimento da Política de Assistência Social. Maria do Socorro compartilha sua própria perspectiva: "Primeiramente, eu vejo pelo ponto de vista do direito. É necessário entender que o outro, que todo ser humano, tem seus direitos a serem respeitados, não só do ponto de vista governamental, mas também da perspectiva dos pares. A Assistência Social é uma política de direitos. Então, a partir do momento em que você enxerga o outro e o observa com esses direitos, você começa a compreender a relação entre a convivência e a assistência".

Pedro complementa a análise dessa correlação: "A convivência é o foco. Na Assistência Social a gente sempre vai falar em direitos e em convivência; esses conceitos surgem atrelados". O supervisor também considera importante observar ocasionais ruídos de interpretação acerca de uma política pública que tem em seu cerne a garantia de direitos. "Muitas vezes ocorre a interpretação de que ao

se garantir os direitos de certos grupos sociais, outros perderão uma parte dos seus direitos, e isso não é verdade. A convivência também está nisso: todos os dias, a gente aprendendo a lidar com outro, reconhecendo os direitos dos outros, compreendendo os nossos limites", diz Pedro.

Já Mira reforça a centralidade da convivência para a Assistência Social. "A importância primeira é que a convivência passa a atribuir à assistência um objeto próprio, já que ela é anterior à própria Assistência Social. É se voltando para ela que a Assistência Social encontra o seu lugar de atuação. Há uma escolha para isso. Se um dos seus objetivos é tornar a sociedade mais justa, mais equânime, e proporcionar aos seus usuários autonomia e protagonismo,

o melhor caminho para que alcance esse objetivo é se concentrando em possibilitar a elaboração de relações menos excludentes, menos opressoras, enfim: isso só se dá com diálogo e convivência", afirma Mira.

“ A convivência é o foco. Na Assistência Social a gente sempre vai falar em direitos e em convivência; esses conceitos surgem atrelados. ”

## CAMINHOS DE FORTALECIMENTO

Enquanto a importância da convivência fica cada vez mais evidente, tanto na dimensão humana quanto em seu papel central para a Política de Assistência Social, reconhece-se também a necessidade constante de uma atuação planejada e deliberada em prol do seu fortalecimento e da sua construção. Conforme sinaliza Carlos Ferrari, é necessário investir na convivência para fortalecê-la. “Isso se fortalece com formação, com desenvolvimento de tecnologias sociais, com desenvolvimento de literatura, de conteúdos audiovisuais, enfim, com desenvolvimento de conhecimento que possa ser replicado, difundido e testado. Quando a gente faz isso, todos esses conhecimentos acabam realimentando essas tecnologias sociais”. O professor aproveita para destacar como o assessoramento da PAULUS atua em prol desse objetivo. “O programa Direito e Cidadania, por exemplo, é uma tecnologia social criada para qualificar o trabalho dentro dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Hoje ele tem estratégias de monitoramento, tem conteúdo, tem começo, meio e fim. Pra mim esse é um exemplo bastante claro de como a gente trabalha a convivência e a qualifica no âmbito da assistência”, diz o professor.

Ainda atentando à importância dos processos de formação e capacitação no fomento à convivência, Mira Lopes cita como tal construção deve acontecer tendo sempre como perspectiva a criação de estratégias fluidas e maleáveis. “É necessário se organizar, organizar algumas metodologias e dar alguns passos, que precisam ser testados na aplicação diária e serem avaliados sistematicamente para que nós consigamos encontrar um caminho. Não no sentido de se elaborar algum tipo de receita de bolo, mas para termos um ‘como fazer’ que nos dê um direcionamento. Essa organização é necessária para atuar, avaliar, medir e aprimorar, abrindo novos modos de fazer”, observa Mira.

Já Maria do Socorro traz a reflexão para o contexto dos Serviços de Convivência, discutindo sobre como fomentar a convivência no trato cotidiano com os atendidos. “Eu vejo como um estímulo constantemente gerado por cada um. Nós precisamos provocar certas coisas nas pessoas. Falando um pouco da nossa prática no SCFV: o que a gente provoca todos os dias nas crianças? Por exemplo, que elas tenham essa civilidade de olhar para o outro dentro de uma certa empatia, olhar para o outro reconhecendo que ele é diferente de você e, principalmente, respeitando essas diferenças. Eu vejo isso como um pontapé inicial. É claro que isso não é tudo, mas é um ótimo início para que a gente possa entender que todo esse aparato da convivência não pode ser desenvolvido sem um pouco de civilidade. E essa civilidade está em entender as regras sociais, com aquela lógica de valores citada anteriormente: respeito, empatia, olhar o outro reconhecendo as suas diferenças. Para mim, esse é um caminho importante”, enfatiza Maria do Socorro.

A coordenadora pedagógica também cita como é necessário dar a devida atenção ao papel do orientador social na relação direta com os atendidos. “É sempre importante estar atento à referência deles em relação às crianças para que elas possam observar neles próprios esse respeito pela



Mira Lopes dá as boas-vindas durante evento no CCA De Olho no Futuro.

Foto: Arquivo PAULUS.

diferença, pois essa é uma questão constantemente trabalhada. Nós sempre retornamos com as nossas equipes para esse tema: será que eu aceito essas diferenças? Quando isso também provoca em você alguma coisa, quando você, enquanto orientador, também se sente provocado em responder essa questão, é muito interessante. É muito importante que as crianças consigam compreender essa relação de diferença e respeito com o outro tendo como referência o orientador social e o comportamento dele”.

Por fim, Pedro Figueiredo sinaliza como o contato em si já dá vazão ao processo de fortalecimento da convivência. “No próprio estar fisicamente uns com os outros você já fortalece a relação. Tanto nós, que sempre buscamos reforçar em nossas conversas, como a presença no Serviço de Convivência são muito importantes para a criança e para a família. É essencial ter esse contato com as pessoas, a oportunidade de estar junto, de se conhecer, conhecer o outro, ouvir histórias e contar suas próprias. Isso está até na descrição geral do SCFV: ‘trocas culturais, de vivência’. Você saber o que a pessoa passou, de onde ela veio, como é a vida dela, e você também falar da sua. Nós temos muitos exemplos de *bullying* que foram resolvidos quando as duas partes passaram a se conhecer, então isso é muito importante. A convivência acontece aí”, conclui Pedro Figueiredo.

